FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

BRISA ANDRADE LOPES PAOLINELLI

**A DESVALORIZAÇÃO DO *STANDARD* PROBATÓRIO NA
PRONÚNCIA DO RÉU NO TRIBUNAL DO JÚRI: UMA ANÁLISE SOB
O USO DO PRINCÍPIO DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE***

VITÓRIA
2025

BRISA ANDRADE LOPES PAOLINELLI

**A DESVALORIZAÇÃO DO *STANDARD* PROBATÓRIO NA
PRONÚNCIA DO RÉU NO TRIBUNAL DO JÚRI: UMA ANÁLISE SOB
O USO DO PRINCÍPIO DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Direito da Faculdade de
Direito de Vitória, como requisito parcial para a
obtenção do grau de bacharel em Direito.

Professor Orientador: Gustavo Senna Miranda

VITÓRIA
2025

**A DESVALORIZAÇÃO DO *STANDARD* PROBATÓRIO NA
PRONÚNCIA DO RÉU NO TRIBUNAL DO JÚRI: UMA ANÁLISE SOB
O USO DO PRINCÍPIO DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Direito da Faculdade de
Direito de Vitória, como requisito parcial para a
obtenção do grau de bacharel em Direito.

Aprovada em __/07/2025

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Gustavo Miranda Senna Orientador.
Faculdade de Direito de Vitória

Prof(a). Dr(a).
Faculdade de Direito de Vitória

Prof(a). Dr(a).
Faculdade de Direito de Vitória

Ao vô Paulo, que foi razão e força em tantos dos meus momentos. Dedico esta conquista ao teu amor — e à saudade de um sorriso raro, que hoje me faria inteira.

AGRADECIMENTOS

Nenhuma jornada é solitária, e cada conquista é feita de muitas mãos. Este trabalho carrega um pouco de cada pessoa que me ajudou a seguir, mesmo quando duvidei. Por isso, deixo aqui meus sinceros agradecimentos àqueles que, de diferentes formas, contribuíram para esta conquista.

Agradeço primeiramente à minha mãe, Adriana, que, mesmo distante fisicamente, nunca deixou de estar presente. Sua voz do outro lado da linha foi abrigo nos dias difíceis e celebração nas minhas conquistas. A saudade constante e a certeza do seu amor caminharam comigo diariamente.

Agradeço ao meu pai, Alexandre, e à minha madrastra, Renata, por serem presenças constantes de amor, proteção e incentivo. O apoio incondicional aos meus sonhos, somado à cobrança na medida certa, foi fundamental para que eu chegasse até aqui.

Agradeço aos meus irmãos, Pedro e Bruno, e aos seus frutos, Antônio, Francisco e Manuela, por serem o meu alívio em meio à exaustão. Com vocês, nunca faltaram sorrisos, e cada ligação foi uma pausa necessária, um respiro no meio do caminho.

Ao meu orientador e professor, Gustavo Senna, agradeço por todos os ensinamentos e por ter conduzido esta trajetória com tanta seriedade e liberdade. O aprendizado vindo de você ultrapassa os limites do Direito: em um mundo marcado por injustiças, seu ensino aguçou meu senso crítico e teve papel fundamental na escolha deste tema.

Por fim, agradeço às minhas amigas e aos meus amigos por caminharem comigo durante essa trajetória intensa e exaustiva. Em meio ao peso dos dias difíceis, vocês foram presença, diversão e alívio, obrigada pelo companheirismo.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar criticamente a aplicação do aforismo *in dubio pro societate* na decisão de pronúncia no Tribunal do Júri, à luz dos princípios constitucionais que regem o processo penal brasileiro. Parte-se da constatação de que, na prática forense, a dúvida quanto à autoria do delito tem sido reiteradamente resolvida em desfavor do acusado, com fundamento na suposta prevalência do interesse social sobre os direitos individuais, ainda que em detrimento da presunção de inocência e do devido processo legal. A pesquisa, de natureza qualitativa, adota metodologia bibliográfica e baseia-se na análise doutrinária e jurisprudencial sobre a decisão de pronúncia, o *standard* probatório aplicável e os efeitos da adoção do *in dubio pro societate* na imparcialidade judicial. A partir do exame da evolução histórica do Tribunal do Júri, da estrutura do procedimento bifásico e do papel do juiz togado como filtro técnico da acusação, sustenta-se que a invocação desse aforismo, embora amplamente utilizada, não encontra respaldo normativo e contribui para o esvaziamento do controle judicial na primeira fase do procedimento. Além disso, evidencia-se que tal prática aproxima-se de uma lógica inquisitória, favorecendo o avanço da ação penal mesmo diante de um acervo probatório insuficiente. Ao final, propõe-se a superação do uso do *in dubio pro societate* como critério de admissibilidade, com vistas à reafirmação de um modelo de processo penal garantista, fundado na racionalidade da prova, na fundamentação das decisões e na efetiva proteção dos direitos fundamentais do acusado.

Palavras-chave: Tribunal do Júri; Pronúncia; *In dubio pro societate*; *Standard* probatório; Garantismo penal.

ABSTRACT

This paper aims to critically analyze the application of the *in dubio pro societate* aphorism in the pronouncement phase of the Brazilian Jury Court, in light of the constitutional principles that govern criminal procedure. The research is based on the premise that, in judicial practice, doubts regarding the defendant's authorship are often resolved against the accused, under the alleged justification of prioritizing the public interest over individual rights—even at the expense of the presumption of innocence and due process of law. The study adopts a qualitative methodology, grounded in bibliographic research and doctrinal and jurisprudential analysis, focusing on the evidentiary standard required for the pronouncement and the consequences of applying *in dubio pro societate* on judicial impartiality. By revisiting the historical evolution of the Jury Court, its bifurcated structure, and the judge's role as a procedural filter, it is argued that the invocation of this aphorism—despite its widespread use—lacks normative basis and undermines the judicial control that should be exercised in the initial phase. Furthermore, such practice reveals traces of inquisitorial logic, allowing criminal prosecution to proceed even in the absence of sufficient evidentiary support. Ultimately, the study advocates for the abandonment of *in dubio pro societate* as a standard of admissibility and reaffirms the need for a criminal procedure model based on evidentiary rationality, well-founded decisions, and effective protection of fundamental rights.

Keywords: Jury Court; Pronouncement; *In dubio pro societate*; Evidentiary standard; Criminal due process; Procedural guarantees.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	O TRIBUNAL DO JÚRI E A DECISÃO DE PRONÚNCIA.....	10
3	O <i>STANDARD</i> PROBATÓRIO NA PRONÚNCIA DO RÉU.....	15
3.1	CONCEITO E IMPORTÂNCIA DO <i>STANDARD</i> PROBATÓRIO NO PROCESSO PENAL.....	15
3.2	O <i>STANDARD</i> PROBATÓRIO NA FASE DE PRONÚNCIA.....	17
3.3	FLEXIBILIZAÇÃO PROBATÓRIA E SEUS IMPACTOS NA IMPARCIALIDADE JUDICIAL.....	19
4	A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO <i>IN DUBIO PRO SOCIETATE</i> NA DECISÃO DE PRONÚNCIA.....	21
4.1	CONCEITO E APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO.....	21
4.2	A COLISÃO ENTRE <i>IN DUBIO PRO SOCIETATE</i> E <i>IN DUBIO PRO REO</i>	25
5	RISCOS DA AUSÊNCIA DE <i>STANDARD</i> PROBATÓRIO NA PRONÚNCIA: SUBJETIVIDADE E SEUS REFLEXOS JURISPRUDENCIAIS.....	29
5.1	A AUSÊNCIA DE <i>STANDARD</i> PROBATÓRIO OBJETIVO E A SUBJETIVIDADE NA DECISÃO DE PRONÚNCIA.....	29
5.2	O USO INDEVIDO DA SOBERANIA DO JÚRI PARA LEGITIMAR A DÚVIDA EM FAVOR DA ACUSAÇÃO.....	31
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
	REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

O Tribunal do Júri configura-se como um instituto do Direito Processual Penal brasileiro, consagrado constitucionalmente pela Carta Magna de 1988, e destinado ao julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Trata-se de uma manifestação direta da soberania popular na esfera da justiça criminal, na qual o julgamento desses delitos é confiado a cidadãos leigos, assegurando a participação popular no julgamento de infrações penais de elevada gravidade.

Dentre as peculiaridades do Tribunal do Júri, destaca-se a adoção de um procedimento bifásico, estruturado em *judicium accusationis* e *judicium causae*. A primeira fase, denominada fase de pronúncia, tem por objetivo a análise da viabilidade da submissão do acusado ao julgamento pelo Conselho de Sentença. Nesse estágio, a formação do convencimento judicial quanto à admissibilidade da acusação está adstrita aos requisitos previstos no artigo 413 do Código de Processo Penal.

Nos termos do dispositivo legal mencionado, a decisão de pronúncia exige a presença de indícios suficientes de autoria e a prova da materialidade do crime. Trata-se, portanto, de um momento processual crucial, pois a pronúncia determina que o acusado será submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, composto por jurados leigos.

Entretanto, o *standard* probatório exigido para a prolação da decisão de pronúncia tem sido objeto de acirrados debates doutrinários e jurisprudenciais. Em especial, discute-se a aplicação do princípio do *in dubio pro societate*, frequentemente utilizado para fundamentar a pronúncia de acusados sem a necessária robustez probatória.

Esse princípio, amplamente invocado na fase de pronúncia, estabelece que, diante da existência de dúvida quanto à autoria ou participação do acusado no delito, deve-se privilegiar o prosseguimento da ação penal, permitindo que a questão seja decidida pelo Tribunal do Júri. No entanto, a adoção indiscriminada desse critério

pode resultar na desvalorização do *standard* probatório na fase de pronúncia, colocando em xeque princípios fundamentais do processo penal, como a presunção de inocência e o *in dubio pro reo*.

A flexibilização do juízo de admissibilidade da acusação pode conduzir a pronunciamentos alicerçados em indícios tênues, comprometendo a imparcialidade do magistrado e ensejando riscos de condenações infundadas. Nesse sentido, questiona-se se o critério de admissibilidade probatória na fase de pronúncia tem sido corretamente aplicado ou se suscitam preocupações relativas à segurança jurídica, à imparcialidade da decisão judicial e à eventual violação de garantias constitucionais.

O presente estudo tem por objetivo analisar criticamente a desvalorização do *standard* probatório na fase de pronúncia no Tribunal do Júri, com especial atenção à controvérsia envolvendo a aplicação do princípio do *in dubio pro societate*. Para tanto, serão abordadas a origem e a evolução histórica do Tribunal do Júri, sua estrutura e competência, bem como o papel do magistrado na decisão de pronúncia. Ademais, será realizada uma investigação acerca do conceito e da relevância do *standard* probatório no processo penal, examinando-se a doutrina e a jurisprudência atinentes aos critérios probatórios aplicáveis nessa fase processual.

Outrossim, serão analisadas as justificativas para a aplicação do *in dubio pro societate*, sua relação conflituosa com o princípio do *in dubio pro reo* e, por fim, os riscos que a flexibilização do *standard* probatório representa para a justiça penal e para o Estado Democrático de Direito.

Com essa abordagem, pretende-se contribuir para o aprimoramento do modelo de julgamento pelo Tribunal do Júri, ressaltando a necessidade de um equilíbrio entre os interesses da sociedade na persecução penal e a garantia dos direitos fundamentais do acusado.

2 O TRIBUNAL DO JÚRI E A DECISÃO DE PRONÚNCIA

A origem do Tribunal do Júri no Brasil remonta a um período anterior à própria independência do país e à promulgação de sua primeira Constituição. Instituído pela Lei de 18 de julho de 1822, ainda sob o domínio português, esse modelo de julgamento foi fortemente influenciado pelo sistema inglês, sendo inicialmente restrito à apreciação de crimes de imprensa, com jurados eleitos para exercer tal função (Rangel, 2012, p. 60).

O princípio da garantia do acusado começou a se consolidar no Brasil ainda no período imperial, por meio da divisão do Tribunal do Júri em duas instâncias distintas: o grande júri (*grand jury*) e o pequeno júri (*petit jury*). Na primeira fase, os jurados debatiam para decidir se o acusado deveria ou não ser levado a julgamento pelo pequeno júri. Esse procedimento, previsto no Código de Processo Penal do Império, tinha como propósito conferir maior transparência e legitimidade às decisões do júri de acusação (Rangel, 2012, p. 63).

Sobre o tópico, Paulo Rangel ensina:

Destarte, o grande júri exercia o papel que hoje é dado ao juiz togado na decisão interlocutória de pronúncia (art. 408 do CPP = julgar admissível a acusação para efeito de submeter os acusados a julgamento). A sociedade é quem dizia se o réu devia ou não ir a julgamento popular. Era um mecanismo de controle popular sobre o exercício abusivo da acusação do Estado absolutista de levar um de seus súditos ao banco dos réus, sem que houvesse o mínimo de provas autorizadoras. (Rangel, 2012, p. 64)

Embora, naquela época, a própria sociedade – por meio dos jurados – fosse responsável por essa análise preliminar, esse modelo pode ser considerado um embrião do atual sistema bifásico adotado pelo Tribunal do Júri no Brasil.

A Lei nº 261, regulamentada pelo Decreto nº 120, de 1842, introduziu uma profunda reforma no sistema do Júri, suprimindo do povo a competência para decidir acerca da submissão de um indivíduo ao julgamento pelo pequeno júri. A função de controle, até então desempenhada pelo grande júri, foi transferida para as autoridades policiais e para os juízes municipais, nomeados pelo Imperador, concentrando-se, assim, nas mãos do aparato estatal (Rangel, 2021, p.69).

Nesse sentido, a referida alteração histórica reflete uma tendência que se perpetuou no decorrer dos séculos: a centralização do monopólio da lei penal nas mãos do Estado como instrumento de gestão de conflitos sociais e políticos. Ainda hoje, é o poder estatal que detém a competência exclusiva para tipificar condutas e impor sanções, assumindo o papel de mediador e controlador das tensões sociais.

Atualmente, o Tribunal do Júri é assegurado como garantia fundamental pelo ordenamento jurídico brasileiro, previsto no artigo 5º, inciso XXXVIII, da Constituição Federal de 1988.

Por seu turno, o enunciado do artigo 74, parágrafo 1º, do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941), dispõe taxativamente sobre os tipos penais que se enquadram nessa classificação: aqueles previstos nos artigos 121 a 127 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) – homicídio; induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio ou a automutilação; infanticídio; aborto, provocado pela gestante ou com seu consentimento, ou provocado por terceiro. Trata-se, portanto, de delimitação da competência a partir do critério da natureza da infração.

Como decorrência da taxatividade da previsão supramencionada, tem-se que não serão julgados no Tribunal do Júri os crimes de latrocínio, extorsão mediante sequestro e estupro com resultado morte, e demais crimes em que se produz o resultado morte, mas que não se inserem nos “crimes contra a vida” (Lopes, 2025, p. 969).

Estabelecida a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, a morfologia do procedimento do Tribunal do Júri organiza-se em duas fases distintas: o *judicium accusationis* e o *judicium causae*, ambas disciplinadas pelo Código de Processo Penal de 1942. A estrutura do Tribunal do Júri reflete sua dupla finalidade: assegurar a soberania do veredicto popular e garantir um julgamento justo, em conformidade com as garantias processuais. Para tanto, o procedimento adotado é bifásico, composto por etapas distintas e complementares.

O procedimento do juízo de acusação tem início com o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público e se encerra com a decisão do juiz, que poderá pronunciar, impronunciar, absolver sumariamente ou desclassificar o crime imputado. Trata-se de uma fase que guarda semelhança com o procedimento comum, especialmente quanto à estrutura e às garantias processuais observadas (Badaró, 2018, p. 678).

A respeito da primeira fase, assim leciona Aury Lopes:

Dessarte, na primeira fase, ainda não existem “jurados”, sendo toda a prova colhida na presença do juiz presidente (togado), que, ao final, decide entre enviar o réu para julgamento pelo Tribunal do Júri (pronúncia) ou não (absolvição sumária, impronúncia ou desclassificação). Portanto, o processo pode findar nessa primeira fase, conforme a decisão do juiz (Lopes, 2025, p. 970)

Outrossim, com o recebimento da denúncia pelo juiz togado, inaugura-se a fase de formação da culpa, na qual todas as provas relativas à autoria e à materialidade do delito são produzidas sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, garantias constitucionais que, por sua natureza, não se fazem presentes na fase inquisitorial do inquérito policial.

Finda essa instrução, que guarda semelhança com o procedimento comum, o juiz togado procederá à análise da admissibilidade da acusação, examinando se estão presentes os requisitos necessários para a submissão do réu a julgamento pelos jurados, no Tribunal do Júri, resguardando a legalidade e a legitimidade da submissão do acusado ao veredicto popular.

O magistrado poderá, neste momento, proferir uma das seguintes decisões: pronúncia, permitindo que o caso seja submetido ao julgamento pelo Conselho de Sentença; impronúncia, quando não houver elementos suficientes para sustentar a acusação; absolvição sumária, nos casos em que se constata, de plano, uma causa excludente de ilicitude ou de culpabilidade; ou desclassificação, remetendo o processo a outro juízo competente caso se conclua que o crime não é de competência do Tribunal do Júri.

Nesse sentido, Guilherme de Souza Nucci ressalta a importância da cautela que deve nortear a atuação do juiz no momento da decisão:

A cautela é salutar, uma vez que o povo, quando chamado a julgar, não dará voto fundamentado, decidindo em sigilo o destino do réu, motivo pelo qual pode condenar, assim querendo, qualquer um. Por isso, antes que um processo seja oferecido à avaliação dos juízes leigos, há o crivo do magistrado togado. Este, por sua vez, tem a importante missão de filtrar os casos em que existem provas mínimas para que o Júri se reúna decidindo a sorte do acusado, separando os outros, em que fica evidente a carência de provas, devendo ser encerrada a instrução, até que novas provas surjam, se for o caso. (Nucci, 2025, p. 488).

Esse filtro processual visa impedir que acusados sejam levados ao Tribunal do Júri sem o respaldo de um conjunto probatório minimamente consistente, reduzindo, assim, o risco de erros judiciários, seja para absolver, seja para condenar (art. 5º, LXXV, da Constituição Federal).

Para que se avance à segunda fase, correspondente ao juízo de causa, é necessária a decisão de pronúncia, única decisão interlocutória apta a ensejar a submissão do réu ao julgamento pelo Tribunal do Júri, nos termos do artigo 413 do Código de Processo Penal. Para o processualista Guilherme de Souza Nucci (2025, p. 491), trata-se de decisão de natureza mista, pois encerra a fase de formação da culpa, inaugurando a fase de preparação do plenário, que levará ao julgamento de mérito.

Destarte, embora não se trate de uma sentença, a decisão de pronúncia deve apresentar as partes essenciais de relatório, fundamentação e dispositivo. O juiz deve se convencer da existência do crime, mediante prova concreta da materialidade delitiva, e da presença de indícios suficientes de autoria ou de participação por parte do acusado. Ou seja, deve indicar os elementos de prova dos autos que lhe permitem concluir que há certeza da materialidade e probabilidade de autoria (Badaró, 2018, p. 686).

Neste momento, não pode o juiz afirmar a autoria ou a materialidade (especialmente quando ela é negada pelo réu), sob pena de induzir ao prejulgamento por parte dos jurados. Deve restringir-se a fazer um juízo de verossimilhança. Não é a pronúncia o momento para realização de juízos de certeza ou pleno convencimento. Nem deve o juiz externar suas “certezas”, pois isso irá negativamente influenciar os jurados,

afetando a necessária independência que devem ter para julgar o processo. É o que entende o processualista pátrio Aury Lopes Jr. (2025, p. 977).

O convencimento do juiz é condição para a efetividade do julgamento e para o prosseguimento do processo com um nível mínimo de segurança. O juízo da acusação (*judicium accusationis*) funciona como um importante filtro pelo qual devem passar somente as acusações fundadas, viáveis, plausíveis e idôneas a serem objeto de decisão pelo juízo da causa (*judicium causae*).

3 O STANDARD PROBATÓRIO NA PRONÚNCIA DO RÉU

3.1 CONCEITO E IMPORTÂNCIA DO STANDARD PROBATÓRIO NO PROCESSO PENAL

As decisões judiciais que compõem o processo penal brasileiro são regidas por diferentes *standards* probatórios, os quais variam de acordo com a natureza e a finalidade de cada ato processual. Trata-se de uma técnica processual indispensável para assegurar a coerência do sistema e a proteção dos direitos fundamentais, especialmente diante do princípio elementar da presunção de inocência.

O conceito de *standard* probatório refere-se ao grau de convencimento necessário para que o julgador possa praticar determinados atos processuais, a partir da valoração da prova existente nos autos. Aury Lopes (2025, p. 418) explica que o *standard* é preenchido, atingido, quando o grau de confirmação alcança o padrão adotado, constituindo um marco que determina “o grau mínimo de prova” exigido para considerar-se provado um fato.

A fixação de padrões e parâmetros probatórios decorre de uma concepção racionalista do processo e da produção de provas. A construção dessa concepção, cujo precursor é Jeremy Bentham, especialmente em sua obra *The Rationale of Judicial Evidence* (1827), evidenciou a necessidade de adoção de critérios objetivos para a formação das decisões judiciais, em resposta às crescentes críticas ao subjetivismo e à perda de imparcialidade no exercício da jurisdição.

Nesse sentido, Marcella Nardelli, em sua obra *A Prova no Tribunal do Júri: uma abordagem racionalista*, destaca:

O escopo central do modelo racional de processo é o alcance dessa integridade da decisão judicial, o que será possível por meio da adequada aplicação do direito material aos fatos precisamente definidos como verdadeiros, em consonância com os princípios de utilidade. Paralelamente, os fatos em questão devem ser considerados a partir de *standards* específicos, após uma cuidadosa valoração das provas que ostentarem, ao mesmo tempo, relevância e credibilidade, tendo sido produzidas de um modo direcionado para se atingir a verdade e revelar as falsidades. (Nardelli, 2019, p.15)

Atualmente, o ordenamento jurídico brasileiro adota uma gradação nos níveis de exigência probatória, variável conforme o ato processual a ser praticado. Observa-se um escalonamento progressivo, que se ajusta à fase procedimental e à relevância da decisão para a esfera de liberdade do indivíduo acusado.

No âmbito do processo penal, a fixação de *standards* probatórios distintos para atos processuais diversos busca equilibrar dois interesses fundamentais: a proteção dos direitos fundamentais do acusado, especialmente a presunção de inocência, e a necessidade de o Estado realizar a persecução penal eficiente.

De acordo com Aury Lopes Jr. e Alexandre Morais da Rosa (2019), é natural que o *standard* probatório exigido varie conforme o ato processual, sendo mais brando para decisões interlocutórias, como o recebimento da denúncia ou a decretação de medidas cautelares, do que para a prolação de uma sentença condenatória.

Nesse sentido, o Código de Processo Penal adota expressões como "indícios razoáveis" e "indícios suficientes" para caracterizar essas decisões preliminares, refletindo um rebaixamento do nível de exigência probatória compatível com a natureza provisória desses atos.

A adoção desse modelo reforça a importância da valoração racional das provas, realizada à luz do princípio do livre convencimento motivado. Como afirmam Américo Bedê Freire Junior e Gustavo Senna (2024), o livre convencimento motivado impõe ao julgador o dever de justificar racionalmente as razões pelas quais determinada prova foi considerada suficiente ou insuficiente para formar seu convencimento, vedando a utilização de critérios subjetivos ou intuitivos.

Originado no contexto da Revolução Francesa, o livre convencimento motivado surgiu como superação dos modelos da prova legal e da íntima convicção, estabelecendo limites racionais ao julgamento para conter o arbítrio e preservar a racionalidade processual (Bedê, Senna, 2024).

Embora o juiz possua liberdade para apreciar as provas, conforme assegura o art. 155 do Código de Processo Penal, essa liberdade é limitada pela obrigatoriedade de motivação das decisões. É por meio da fundamentação que se pode aferir não apenas o respeito aos princípios e regras que regem a validade e a eficácia da prova, mas também a existência de um raciocínio lógico e racional que sustente a conclusão judicial.

Dessa forma, a adoção de padrões probatórios graduados e de uma valoração racional das provas confere maior coerência e estabilidade às decisões judiciais, fortalecendo o compromisso do processo penal com a racionalidade, a fundamentação e a transparência das decisões, sem espaço para subjetivismos ou arbitrariedades.

3.2 O *STANDARD* PROBATÓRIO NA FASE DE PRONÚNCIA

No âmbito da decisão de pronúncia, esse juízo de admissibilidade demanda a observância de um *standard* probatório consistente e suficiente. Não se admite a submissão do réu ao julgamento popular com base em dúvidas, indícios tênues ou conjecturas frágeis.

Nesse sentido, o artigo 413, caput e § 1º, do Código de Processo Penal, exige a demonstração da prova da materialidade do fato e a existência de indícios suficientes de autoria ou participação.

Art. 413. O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.

§ 1º A fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena. (Brasil, 1941)

Ao se examinar a decisão de pronúncia, observa-se que o *standard* probatório exigido nesta fase não se confunde com aquele necessário para o recebimento da denúncia, nem tampouco se equipara ao grau de certeza requerido para uma condenação criminal.

O recebimento da denúncia demanda apenas a demonstração de indícios – mínimos – de autoria e materialidade, suficientes para embasar a acusação e autorizar a instauração do processo judicial. Já a condenação penal, por sua vez, exige a formação de um juízo de certeza, capaz de afastar qualquer dúvida razoável quanto à autoria e materialidade do crime. Interpreta-se, portanto, que o procedimento do Tribunal do Júri é escalonado.

A decisão de pronúncia situa-se, portanto, em um nível intermediário de convencimento: requer a comprovação da materialidade do fato e a existência de indícios suficientes de autoria ou participação, o que pressupõe uma probabilidade concreta de que o acusado tenha sido o autor do delito, sem, contudo, exigir a certeza exigida para a condenação (Brasil, STJ, AREsp 2.236.994/SP, Rel. Min. Ribeiro Dantas, 2023).

De forma equivocada, consolidou-se em parte da doutrina e da jurisprudência a ideia de que a decisão de pronúncia dispensaria um *standard* probatório rigoroso, bastando para seu deferimento a simples demonstração da materialidade do crime e um juízo superficial de probabilidade quanto à autoria. Essa concepção, contudo, ignora que entre o recebimento da denúncia e a pronúncia há uma fase de instrução criminal destinada justamente à formação de um acervo probatório apto a confirmar ou refutar as hipóteses acusatórias.

Após a fase instrutória, cabe ao juiz ir além de uma verificação superficial da acusação, realizando uma análise crítica e consistente das provas, e não apenas se baseando em uma aparência de plausibilidade. A pronúncia não pode decorrer de um juízo baseado em simples presunções ou probabilidades frágeis, pois sua finalidade é assegurar que apenas acusações dotadas de razoável robustez sejam submetidas à deliberação popular.

Ademais, interpreta-se equivocadamente que a impronúncia somente seria cabível diante da completa ausência de provas acusatórias, como se qualquer elemento indiciário já fosse suficiente para justificar a submissão do acusado ao Tribunal do

Júri. No entanto, a impronúncia pode ser proferida mesmo quando existirem provas produzidas pela acusação, caso estas não alcancem o grau de robustez necessário para satisfazer o *standard* intermediário exigido nessa fase processual.

3.3 FLEXIBILIZAÇÃO PROBATÓRIA E SEUS IMPACTOS NA IMPARCIALIDADE JUDICIAL

A flexibilização probatória consiste na adoção de critérios menos exigentes na análise da prova, especialmente na fase de pronúncia, permitindo que o réu seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri mesmo quando os elementos de convicção não alcançam o grau mínimo de provas exigido.

Nos sistemas jurídicos que não estabelecem, de forma clara, parâmetros probatórios para cada fase do processo penal, especialmente quando adotam o modelo de valoração da prova baseado no livre convencimento motivado, a inexistência de parâmetros objetivos compromete o controle da atividade jurisdicional.

Nesses contextos, torna-se inviável aferir se a apreciação da prova atingiu o grau mínimo exigido para a validade do ato decisório, o que enfraquece garantias fundamentais, como a presunção de inocência e o dever de fundamentação racional das decisões judiciais.

O jurista espanhol Jordi Ferrer Beltrán, em sua obra *Valoração Racional da Prova*, critica o subjetivismo que permeia a criação de *standards* probatórios. Ele detalha que a escolha de um raciocínio indutivo torna incontrolável a aplicação da norma:

A própria formulação parece apelar a "certezas" e, de fato, por vezes se utilizou também a expressão "certeza moral" para referir-se à íntima convicção. O problema fundamental é que, como já se destacou à saciedade, nenhum raciocínio indutivo pode justificar racionalmente conclusões certas. (...) estando diante de um *standard* que apela às crenças subjetivas do sujeito que decide, esse tem um caráter totalmente subjetivo, que torna incontrolável sua aplicação. (Beltrán, 2021, p. 206-207)

A ausência de uma previsão legal expressa sobre o nível de suficiência probatória transfere ao juiz a tarefa de determinar, segundo sua própria percepção, qual o grau

de convencimento necessário em cada caso concreto. Essa realidade é evidente no Brasil, particularmente na fase da decisão de pronúncia, em que a expressão “indícios suficientes de autoria” vem sendo interpretada de forma subjetiva.

Na prática, tem-se observado uma margem de discricionariedade que permite fundamentações frágeis, por vezes ancoradas em elementos extrajurídicos ou alheios às balizas constitucionais, o que compromete a legalidade do juízo de admissibilidade da acusação.

Em diversos casos, essa insuficiência probatória é encoberta pela invocação retórica do chamado “princípio do *in dubio pro societate*”, utilizado como justificativa para remeter o acusado ao Tribunal do Júri mesmo diante de um conjunto probatório insatisfatório. Tal prática, ao substituir o rigor da fundamentação pelo simbolismo argumentativo, não apenas legitima decisões precárias como também prepara o terreno para a reflexão crítica que se impõe sobre o uso dessa fórmula no contexto da decisão de pronúncia.

4 A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE* NA DECISÃO DE PRONÚNCIA

4.1 CONCEITO E APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO

Embora já delineada a função da fase de pronúncia como filtro técnico-jurídico da acusação no procedimento bifásico do Tribunal do Júri, cabe agora aprofundar a análise sobre os critérios utilizados nessa etapa e as distintas interpretações que vêm sendo conferidas à sua finalidade. A tensão entre a exigência de um *standard* probatório mínimo e a aplicação, cada vez mais recorrente, do *in dubio pro societate* evidencia um cenário preocupante de flexibilização das garantias fundamentais.

O chamado *in dubio pro societate* surgiu como uma construção jurisprudencial brasileira utilizada para justificar a remessa do acusado a julgamento popular mesmo quando persistem dúvidas relevantes acerca da autoria ou participação no delito.

Embora denominado frequentemente como “princípio”, trata-se, na realidade, de uma expressão forjada sem respaldo normativo explícito, cuja função tem sido legitimar a admissibilidade da acusação diante da ausência de certeza plena sobre os elementos do crime. Na doutrina atual recebe frequentemente o caráter de aforismo: expressão linguística de caráter argumentativo, carente de fundamento normativo e frequentemente utilizada como atalho justificativo.

Para compreender a aplicação do brocardo, é indispensável revisitar o percurso histórico do Processo Penal, que acabou por legitimar, ainda que de forma não expressa, o uso desse argumento por parte dos magistrados. Embora essa construção não encontre respaldo direto em normas constitucionais ou infraconstitucionais, sua consolidação está intimamente relacionada a momentos históricos marcados pelo fortalecimento de regimes autoritários e pela prevalência da mentalidade inquisitória.

O sistema inquisitório, em sua origem, remonta ao Tribunal do Santo Ofício, criado no século XIII com a missão de reprimir a heresia e quaisquer manifestações contrárias aos dogmas da Igreja Católica. Esse modelo de justiça perdurou até o início do século XIX, sendo substituído em razão das críticas oriundas do iluminismo e das transformações impulsionadas pela Revolução Francesa, que reivindicavam um processo penal mais garantista e menos concentrador de poderes.

A lógica inquisitória era caracterizada pela concentração das funções acusatória e decisória nas mãos do juiz, que detinha amplos poderes instrutórios e conduzia o processo sem a efetiva observância do contraditório e da ampla defesa. Como bem pontua Aury Lopes Jr. (2025, p. 11), “é da essência do sistema inquisitório a aglutinação de funções na mão do juiz e atribuição de poderes instrutórios ao julgador, senhor soberano do processo”.

Apesar da evolução normativa e da consolidação do sistema acusatório, que assegura a separação entre as funções de acusar e julgar e busca equilibrar as forças entre defesa e acusação, ainda hoje se identificam vestígios de práticas inquisitórias na dinâmica processual penal contemporânea.

A invocação do *in dubio pro societate* exemplifica essa permanência, pois, ao ser utilizado para legitimar a remessa do acusado à fase de julgamento do júri, cria-se uma falsa dicotomia entre o interesse individual e o interesse público. Essa lógica permite a flexibilização de garantias processuais penais sob o argumento de proteção ao bem comum, resultando na relativização de direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988.

O uso deliberado do termo “sociedade” reforça essa concepção de um interesse coletivo superior, muitas vezes instrumentalizado para justificar medidas repressivas que fragilizam as garantias individuais. Historicamente, discursos que enaltecem o interesse público em detrimento das liberdades individuais foram característicos de regimes autoritários, como o fascismo e o nazismo, evidenciando o risco de que práticas semelhantes persistam sob novas roupagens em sistemas democráticos.

No contexto brasileiro, o *in dubio pro societate* é utilizado como um princípio para sustentar que, na dúvida, é preferível submeter o indivíduo ao julgamento do júri, ainda que em detrimento do devido processo legal. A partir disso, torna-se imprescindível, em primeiro momento, retomar o conceito de princípio jurídico e sua função no ordenamento.

Os princípios constituem a base das normas e das leis, representando sua origem e essência, e servem de fundamento para a adequada interpretação e aplicação do direito. No âmbito do Processo Penal, os princípios atuam como diretrizes fundamentais para assegurar a conformidade do procedimento com o devido processo legal, funcionando como norteadores para a atuação jurisdicional.

É pertinente destacar a definição e a atribuição conferidas aos princípios por Robert Alexy, em sua obra *Teoria dos Direitos Fundamentais*, segundo a qual estes são

“normas que ordenam que algo seja realizado na maior medida possível dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes. Princípios são, por conseguinte, mandamentos de otimização, que são caracterizados por poderem ser satisfeitos em graus variados e pelo fato de que a medida devida de sua satisfação não depende somente das possibilidades fáticas, mas também das possibilidades jurídicas” (Alexy, 1993, p. 86)

À luz da conceituação de Alexy, percebe-se que os verdadeiros princípios jurídicos operam como mandamentos de otimização, buscando concretizar direitos e garantias na maior medida possível, dentro dos limites jurídicos e fáticos existentes. Essa característica implica que os princípios devem estar ancorados em bases normativas legítimas e direcionados à maximização da proteção de direitos fundamentais, especialmente no âmbito penal, onde a liberdade do indivíduo está em jogo.

Entretanto, a aplicação do chamado *in dubio pro societate* na fase de pronúncia destoa dessa lógica. Embora frequentemente tratado como princípio, trata-se de uma construção sem previsão normativa que, ao invés de otimizar garantias, atua no sentido oposto: relativiza direitos fundamentais sob a justificativa de proteção ao interesse coletivo.

Nesse cenário, evidencia-se como o Direito pode operar sob racionalidades distintas. Como corporificação de uma racionalidade prático-moral fundada em princípios, ele permite aquela generalização de motivos e de interesses que funda a modernidade (Alcântara; Pedron, 2024).

A construção legítima de princípios se ancora na moralidade prática e na proteção de garantias fundamentais, e não na adoção de fórmulas retóricas que ampliam a atuação punitiva estatal sob o pretexto do interesse social.

O uso genérico do termo “sociedade” como justificativa para pronúncias baseadas na dúvida transforma um conceito abstrato em escudo argumentativo para decisões que relativizam direitos fundamentais e afastam o rigor técnico exigido pelo devido processo legal. Essa lógica revela uma tendência repressiva que compromete a racionalidade do processo penal.

Quando se prioriza o avanço da acusação mesmo na ausência de indícios suficientes, substitui-se a exigência de fundamentação legal por uma narrativa de conveniência social.

Tal postura acaba por reproduzir, em essência, a lógica do *in dubio contra reum*, subvertendo o modelo garantista e constitucional do processo penal. Mais do que uma distorção interpretativa, tal prática representa o sintoma de um deslocamento paradigmático: a dúvida, que deveria proteger o réu, passa a ser utilizada como fundamento para sua submissão ao julgamento popular, revelando uma perigosa adesão à retórica punitivista.

Diante do arcabouço normativo da Constituição Federal, não há espaço para que o Estado, sob alegações de resguardar interesses coletivos, imponha prejuízos a um cidadão dotado de direitos e garantias fundamentais. O indivíduo não pode ser instrumentalizado em favor de outros, tampouco em nome de um suposto bem comum. Nesta perspectiva, Reale (2006, p. 246) observa:

[...] a inviolabilidade das pessoas significa exatamente que os indivíduos devem ser respeitados como fins. Ninguém pode impor sacrifícios a um

indivíduo em benefício de outros indivíduos, e muito menos o Estado. A ideia fundamental é que existem indivíduos diferentes com vidas separadas e que ninguém pode ser sacrificado em favor de outros. Ninguém, e muito menos o Estado, pode decidir que alguns indivíduos sejam recursos para outros. (Reale, 2006, p. 246)

Ainda que revestida de um contexto democrático, a aplicação do *in dubio pro societate* evidencia resquícios de uma mentalidade repressiva, em que a função jurisdicional se descola da contenção do poder estatal e passa a legitimá-lo. O réu deixa de ser sujeito de direitos para tornar-se uma ameaça a ser neutralizada, mesmo em cenário de incerteza, revivendo uma retórica punitivista e traços do inquisitorialismo, ambos incompatíveis com o regime democrático do processo penal brasileiro.

4.2 A COLISÃO ENTRE *IN DUBIO PRO SOCIETATE* E *IN DUBIO PRO REO*

O ordenamento jurídico brasileiro, fundado no modelo do Estado Democrático de Direito, adota uma lógica garantista que tem como um de seus pilares o princípio da presunção de inocência. Previsto no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal de 1988, este preceito assegura que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. A partir dele, decorre o princípio do *in dubio pro reo*, que orienta a resolução das incertezas no processo penal em favor do acusado.

O princípio trata-se de regra do processo penal que impõe ao juiz seguir a tese mais favorável ao acusado sempre que a acusação não tenha carreado prova suficiente para obter condenação (Rangel, 2023, p. 56). Essa diretriz, típica do sistema acusatório, impõe limites ao poder punitivo do Estado e visa proteger o indivíduo frente à atuação estatal. Sua aplicação se estende a todas as fases da persecução penal que envolvam valoração de provas, incluindo a decisão de pronúncia.

A aplicação do aforismo *in dubio pro societate* na decisão interlocutória de pronúncia configura uma prática incompatível com os princípios constitucionais do processo penal brasileiro. Ao deixar de observar o *standard* probatório previsto no artigo 413 do Código de Processo Penal — que exige a presença de prova da materialidade do

fato e indícios suficientes de autoria ou participação —, o magistrado incorre em uma decisão desprovida do necessário lastro legal.

Na prática, a invocação desse adágio jurídico, sem respaldo legal, permite que o processo avance para a fase do *judicium causae* mesmo diante da ausência de provas suficientes. Ao aplicar o *in dubio pro societate* na decisão de pronúncia e ignorar os requisitos legalmente estabelecidos para essa etapa, o julgador rompe com a estrutura do devido processo legal e promove a substituição da presunção de inocência por presunções de culpabilidade.

Trata-se de uma clara inversão da lógica processual prevista na Constituição Federal de 1988, que, em vez de assegurar o *in dubio pro reo*, consente com o avanço da persecução penal com base na dúvida, violando frontalmente garantias fundamentais.

Ademais, ao optar por esse critério decisório, o juiz promove uma inversão indevida do ônus da prova, originalmente atribuído ao Ministério Público. Em situações nas quais subsistem dúvidas quanto à autoria, a responsabilidade de dissipá-las recai sobre a acusação. Contudo, ao dar seguimento à ação penal com base no *in dubio pro societate*, transfere-se, de forma implícita, ao réu o dever de comprovar sua inocência, ainda que não haja elementos mínimos que justifiquem sua remessa ao Tribunal do Júri.

Sobre essa distorção, Paulo Rangel é enfático ao apontar que o uso da dúvida em favor da acusação representa uma inadmissível subversão do ônus probatório:

Entendemos que, se há dúvida, é porquê o Ministério Público não logrou êxito na acusação que formulou em sua denúncia, sob o aspecto da autoria e materialidade, não sendo admissível que sua falência funcional seja resolvida em desfavor do acusado, mandando-o a júri, onde o sistema que impera, lamentavelmente, é o da íntima convicção. (Rangel, 2012, p. 152)

Destarte, é inadmissível que o juiz se utilize de construções principiológicas sem respaldo constitucional para justificar decisões de pronúncia baseadas em

acusações frágeis, desconsiderando os riscos inerentes ao julgamento pelo Tribunal do Júri.

A pronúncia deve se basear em um juízo de probabilidade fundamentado, e não em meras suposições, pois submeter o réu ao julgamento popular sem elementos probatórios mínimos de autoria e materialidade representa grave violação ao devido processo legal. (Lopes, 2025, p. 979). A dúvida razoável, nesses casos, não deve conduzir à pronúncia, mas sim à decisão de impronúncia, visando o *in dubio pro reo*.

Sob a perspectiva do Garantismo Penal, desenvolvido por Luigi Ferrajoli (2002), os direitos fundamentais ocupam um espaço de inviolabilidade absoluta, insuscetível de restrição, mesmo quando invocados sob o argumento de proteção do interesse coletivo ou do chamado "bem comum" — conceito vago e amplamente manipulável.

Tais direitos desempenham papel central nas democracias constitucionais, como a brasileira, cujo ordenamento jurídico se estrutura sob os pilares do Estado Democrático de Direito. Nesse contexto, sua principal função é a de estabelecer limites efetivos ao exercício do poder punitivo estatal. Assim, o Estado de Direito assume um caráter garantista ao afastar-se de modelos autoritários ou totalitários, exigindo que o poder se origine e se exerça de acordo com formas legalmente estabelecidas (Vasconcelos Neto; Pereira Júnior, 2021).

Dentro dessa concepção teórica, as garantias penais e processuais são vistas como mecanismos protetivos da liberdade individual. Isso porque estão estruturadas sobre a base da presunção de inocência, princípio fundante de um modelo processual que busca assegurar, por meio das garantias legais, a máxima fidelidade à verdade dos fatos.

Para Ferrajoli, o sistema garantista está voltado à construção da verdade processual, compreendida como o resultado da correlação entre os elementos probatórios presentes nos autos e os eventos passados, em busca de uma decisão justa e legitimada racionalmente:

"Sem necessidade de penetrar em todas as difíceis questões relativas ao conhecimento do passado, pode-se realmente afirmar que a verdade processual fática, da mesma forma que a verdade histórica, em vez de ser predicável em referência direta ao fato julgado, é o resultado de uma ilação dos fatos 'comprovados' do passado com os fatos 'probatórios' do presente" (Ferrajoli, 2002, p. 38).

A estrutura garantista repousa sobre a ideia do direito penal mínimo, no qual se privilegia a contenção do erro judicial e a proteção do inocente, orientando-se pela máxima de que a dúvida deve sempre favorecer o réu. O princípio do *in dubio pro reo*, assim, materializa a presunção de inocência e impõe ao Estado o ônus de provar a culpa do acusado de maneira clara e suficiente, sob pena de absolvição.

Segundo Ferrajoli (2002), o princípio do *in dubio pro reo* é o instrumento fundamental de salvaguarda contra condenações injustas no modelo do direito penal mínimo. Esse princípio traduz a essência da presunção de inocência, exigindo que a responsabilização penal ocorra somente quando houver certeza da culpabilidade do acusado.

No caso da decisão de pronúncia, o princípio impõe ao juiz o dever de impedir o avanço da persecução penal quando não estiverem presentes elementos mínimos e consistentes de autoria, determinando a impronúncia. Diante disso, revela-se incompatível com o modelo garantista a aplicação do brocardo *in dubio pro societate*, pois este rompe com os pilares fundamentais do processo penal democrático.

A incerteza, no contexto garantista, deve necessariamente conduzir à proteção do acusado, reforçando a presunção de inocência, a distribuição do ônus da prova à acusação e o uso do *in dubio pro reo* como critério decisório. Qualquer tentativa de justificar a superação desses princípios em nome da coletividade revela-se contrária à legalidade constitucional e à lógica do próprio sistema jurídico brasileiro.

5 RISCOS DA AUSÊNCIA DE *STANDARD* PROBATÓRIO NA PRONÚNCIA: SUBJETIVIDADE E SEUS REFLEXOS JURISPRUDENCIAIS

5.1 A AUSÊNCIA DE *STANDARD* PROBATÓRIO OBJETIVO E A SUBJETIVIDADE NA DECISÃO DE PRONÚNCIA

A decisão de pronúncia, no procedimento bifásico do Tribunal do Júri, deveria representar um filtro racional e técnico, orientado por critérios objetivos de admissibilidade da acusação, de modo a resguardar a estrutura garantista do processo penal brasileiro. No entanto, a inexistência de um *standard* probatório objetivamente delimitado tem aberto espaço para um exercício judicial cada vez mais marcado pela subjetividade do magistrado.

A instrução preliminar, primeira fase do Tribunal do Júri, assume função essencial no procedimento: é nesse momento que se oferece ao Ministério Público a possibilidade de robustecer sua hipótese acusatória com elementos probatórios produzidos sob o contraditório e a ampla defesa. Mais do que uma mera confirmação do juízo de admissibilidade realizado no recebimento da denúncia, trata-se de um novo filtro, mais rigoroso, destinado a verificar se a acusação subsiste diante da análise dialética própria da fase de formação da culpa.

Entretanto, em um cenário em que não há parâmetros claros para avaliar a suficiência dos indícios de autoria, a decisão de pronúncia acaba sendo vulnerável à atuação discricionária e, muitas vezes, intuitiva do juiz. Essa realidade compromete a coerência do modelo acusatório adotado pela Constituição Federal, que exige racionalidade na valoração da prova e respeito ao devido processo legal.

A esse contexto soma-se a aplicação do *in dubio pro societate* como critério para resolver situações de incerteza, o que resulta, conforme aponta a doutrina crítica, em verdadeiro esvaziamento da função da pronúncia. Segundo Aury Lopes Jr. (2025, p.983), o uso desse aforismo desvirtua por completo o sistema bifásico do procedimento do júri brasileiro, esvaziando a função da decisão de pronúncia.

Todo o juízo de admissibilidade previsto no processo penal, cuja finalidade é a formação da prova sob o crivo do contraditório e a definição quanto à viabilidade da acusação, acaba sendo esvaziado quando, ao final da primeira fase, o magistrado profere sua decisão com base em uma construção jurisprudencial desprovida de amparo normativo.

Apesar das quatro possibilidades previstas no artigo 413 e seguintes do Código de Processo Penal — pronúncia, impronúncia, absolvição sumária ou desclassificação — tem sido comum, nos últimos anos, que magistrados, de maneira automática e pouco fundamentada, optem pela pronúncia. Nesses casos, as demais alternativas processuais são descartadas sem a devida análise crítica ou motivação adequada, sob a justificativa genérica de que o caso deve ser submetido ao Tribunal do Júri "em prol da sociedade".

Com isso, observa-se o esvaziamento do *standard* probatório exigido para a pronúncia, que, nos termos do referido dispositivo legal, requer a comprovação da materialidade do fato e a existência de indícios suficientes de autoria ou participação. A exigência legal cede espaço a fundamentações frágeis, que priorizam um discurso punitivista em detrimento das garantias processuais.

Nesse contexto, as lições de Luigi Ferrajoli (2002) oferecem importante contribuição à compreensão do papel racional do processo penal. Para o autor, a legitimidade da jurisdição penal está condicionada à adoção de critérios objetivos de julgamento, fundados em juízos empíricos e verificáveis sobre os fatos e o direito aplicável. A decisão judicial, nesse sentido, não deve se amparar em apreciações subjetivas ou valorativas, mas sim em fundamentos cognitivos que permitam sua análise e eventual refutação, segundo procedimentos epistemicamente controláveis.

A esse respeito, Ferrajoli afirma:

Podemos dizer, atendendo a uma antiga *hendíadis*, que se a ética é 'sem verdade', por serem os juízos éticos valorativos e não cognitivos, uma justiça penal não arbitrária deve ser em certa medida 'com verdade', quer dizer, baseada sobre juízos penais predominantemente cognitivos (de fato) e recognitivos (de direito), sujeitos como tais a verificação empírica. (Ferrajoli, 2002, p. 32).

A exigência de racionalidade e verificabilidade reforça o caráter garantista do processo penal e evidencia a impropriedade de decisões que, como a pronúncia baseada em dúvida, se afastam desse modelo e se aproximam de critérios subjetivos e imunes ao controle argumentativo.

Em seu lugar, emerge uma lógica invertida: substitui-se a exigência de segurança e racionalidade na valoração da prova por um verdadeiro anti *standard*, no qual o *in dubio pro societate* funciona como um atalho argumentativo que fragiliza a estrutura escalonada do procedimento do júri. Tal prática anula os níveis mínimos de suficiência probatória exigidos para o prosseguimento da ação penal, contrariando frontalmente a lógica estabelecida pelo legislador, além de comprometer a imparcialidade do juiz togado.

5.2 O USO INDEVIDO DA SOBERANIA DO JÚRI PARA LEGITIMAR A DÚVIDA EM FAVOR DA ACUSAÇÃO

Na prática judicial brasileira, tornou-se frequente a invocação da soberania do Tribunal do Júri — prevista no artigo 5º, inciso XXXVIII, da Constituição Federal — como justificativa para que o magistrado togado se abstenha de realizar uma cognição mais aprofundada na fase de pronúncia. Parte-se da premissa de que os jurados, na qualidade de juízes naturais dos crimes dolosos contra a vida, teriam competência exclusiva para a apreciação do mérito, de modo que qualquer decisão judicial que não seja a pronúncia representaria indevida usurpação de sua esfera decisória.

Este argumento tem sido frequentemente utilizado como uma estratégia para conferir aparente legitimidade à manutenção da imputação preliminar, afastando o necessário preenchimento do *standard* probatório. Dessa forma, consolidou-se a pronúncia, por muito tempo, como resposta automática do Judiciário, mesmo diante de frágeis elementos de prova, configurando um evidente escoamento da função da primeira fase do Tribunal do Júri.

À primeira vista, tal fundamento aparenta estar superado no âmbito dos tribunais superiores, especialmente diante da evolução doutrinária e constitucional do processo penal. No entanto, observa-se que esse raciocínio, no qual a dúvida é resolvida em favor da acusação com base na soberania do júri, ainda encontra respaldo em decisões recentes das Cortes superiores. Nesse sentido, a jurisprudência:

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. REPERCUSSÃO GERAL. DEMONSTRAÇÃO. DEFICIÊNCIA . TEMA 660 DA REPERCUSSÃO GERAL. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. TRIBUNAL DO JÚRI. IN DUBIO PRO SOCIETATE . NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 279/STF. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. AGRAVO IMPROVIDO . I – As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada. II – A mera alegação, nas razões do recurso extraordinário, de existência de repercussão geral das questões constitucionais discutidas, desprovida de fundamentação adequada que demonstre seu efetivo preenchimento, não satisfaz a exigência prevista no art. 1.035, § 2º, do Código de Processo Civil/2015 . III — Consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE 748.371 RG/MT (Tema 660 da Repercussão Geral), da relatoria do Ministro Gilmar Mendes, a questão referente aos limites da coisa julgada não tem repercussão geral, uma vez que o debate sobre essa matéria situa-se em âmbito infraconstitucional. IV — **O acórdão recorrido se encontra consentâneo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que na sentença de pronúncia deve prevalecer o princípio in dubio pro societate, não existindo nesse ato qualquer ofensa ao princípio da presunção de inocência, porquanto tem por objetivo a garantia da competência constitucional do Tribunal do Júri.** V — Conforme a Súmula 279/STF, é inviável, em recurso extraordinário, o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos . VI — É inadmissível o recurso extraordinário quando sua análise implica a revisão da interpretação de normas infraconstitucionais. A afronta à Constituição Federal, se ocorrente, seria apenas indireta. VII — Agravo regimental improvido. **(STF - ARE: 1500584 SP, Relator.: Min . CRISTIANO ZANIN, Data de Julgamento: 30/09/2024, Primeira Turma, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 02-10-2024 PUBLIC 03-10-2024) (grifo nosso)**

Convergindo com tal entendimento:

PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXISTÊNCIA DE VÍCIO A SER SANADO. AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO DURANTE RECESSO FORENSE . PRONÚNCIA. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO SOCIETATE. PRECEDENTES DESTA CORTE. DESCONSTITUIÇÃO DO JULGADO . NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. DECOTE DAS QUALIFICADORAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ . EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS COM EFEITOS MODIFICATIVOS. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA RECONSIDERADA. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL CONHECIDO . RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Na espécie, o

acórdão embargado apresenta vício a ser sanado. Conforme se verifica dos autos, de fato, a publicação da decisão impugnada ocorreu na data de 13/1/2023, momento em que os prazos processuais se encontravam suspensos, em virtude do recesso forense. Nesse contexto, em se tratando de decisões que tenham sido publicadas entre 20/12/2022 e 31/1/2023, o dia 1º/2/2023 foi considerado o primeiro dia do prazo recursal. Agravo regimental tempestivo. Decisão da presidência reconsiderada. Agravo em recurso especial conhecido. Análise do recurso especial. 2. **Nos termos da jurisprudência desta Corte, na fase da pronúncia, não se aplica o princípio do *in dubio pro reo*, porquanto, nesta fase, prevalece o *in dubio pro societate*, em que não se exige um juízo de certeza para fins de submissão da questão ao Tribunal do Júri.** 3. As instâncias ordinárias demonstraram a presença da materialidade e dos indícios suficientes de autoria, imprescindíveis à pronúncia do agravante. A revisão do aludido entendimento para acolher a pretensão de impronúncia esbarra no óbice da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça - STJ. 4. "Constatados na origem indícios mínimos de ocorrência do motivo torpe e do meio que dificultou a defesa da vítima, a Súmula 7/STJ obsta o afastamento das qualificadoras respectivas" (AgRg no AREsp n. 2.043.486/MT, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 10/8/2022) . 5. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para conhecer e dar provimento ao agravo regimental, reconsiderando a decisão da presidência, para conhecer do agravo e do recurso especial, negando-lhe provimento. (STJ - EDcl no AgRg no AREsp: 2266481 MG 2022/0391161-1, Relator.: Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Data de Julgamento: 03/10/2023, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 06/10/2023) (grifo nosso)

Nota-se que o brocardo do *in dubio pro societate* tem sido, ainda hoje, invocado como justificativa para decisões de pronúncia mesmo diante de incertezas relevantes sobre autoria, em detrimento do *in dubio pro reo* e da própria presunção de inocência.

Tal entendimento, contudo, destoa da estrutura legal do procedimento do júri. A etapa inicial não se limita à formalidade de encaminhar o caso aos jurados, mas tem por finalidade realizar um controle rigoroso da consistência da acusação, atribuindo ao magistrado a responsabilidade de verificar a existência de suporte probatório mínimo que justifique o prosseguimento da persecução penal.

A simples invocação da soberania do júri como fundamento exclusivo para a pronúncia subverte essa lógica e torna a função do juiz meramente homologatória da acusação, transferindo aos jurados a dúvida.

Em contrapartida, o artigo 413 do Código de Processo Penal, especialmente em seu §1º, refuta legalmente este dinamismo ao determinar que a decisão de pronúncia

deve ser fundamentada, indicando expressamente a prova da materialidade do fato e a presença de indícios suficientes de autoria ou participação.

É nesse ponto que se revela a importância da fundamentação das decisões judiciais. A Constituição Federal, em seu artigo 93, inciso IX, estabelece de forma categórica que todas as decisões do Poder Judiciário devem ser devidamente fundamentadas, sob pena de nulidade. Tal exigência não é mera formalidade, mas um dos pilares de sustentação do Estado Democrático de Direito, pois visa garantir a transparência, a racionalidade e o controle da atividade jurisdicional.

Nesse contexto, Américo Bedê Júnior e Gustavo Senna (2024) ressaltam que a motivação da decisão judicial deve ultrapassar a simples afirmação da convicção do julgador. Para os autores, é essencial que o magistrado exponha, com clareza e objetividade, quais elementos de prova foram considerados, de que forma foram valorados e como sustentam a conclusão adotada. Nas palavras dos processualistas:

De outro lado, também de nada adiantaria a exigência de motivação judicial se sua única finalidade fosse revelar que o julgador está convencido, por sua íntima convicção ou sua vontade soberana, o que tornaria suas decisões incontroláveis. Logo, a conclusão inexorável é que a racionalidade probatória e a exigência de fundamentação se reclamam reciprocamente. (Freire, Senna, 2024, p. 13)

Assim, quando o magistrado se abstém de examinar criticamente os elementos dos autos, escorando-se apenas na retórica da soberania do júri para optar pela pronúncia, ele não apenas compromete a função de filtragem da primeira fase do júri, como também enfraquece a legitimidade da própria persecução penal, afastando qualquer racionalidade probatória.

Exemplo de posicionamento oposto às jurisprudências supracitadas, porém alinhado com as garantias constitucionais do processo penal, foi adotado pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp 2091647/DF (2023). Na oportunidade, o relator, Ministro Rogério Schietti Cruz, repeliu de forma categórica a aplicação do *in dubio pro societate* na decisão de pronúncia, reforçando de forma completa a posição do presente trabalho.

Na oportunidade, o membro do STJ classificou o fundamento como “mero aforismo” e “critério compatível com regimes autocráticos”, ao mesmo tempo em que reafirmou a necessidade de “elevada probabilidade” quanto à autoria para justificar a submissão ao Tribunal do Júri.

O julgado reconheceu que a ausência de indícios suficientes impõe a despronúncia, e que a dúvida quanto ao próprio cumprimento do *standard* probatório deve ser resolvida em favor do réu, inclusive nessa etapa intermediária do procedimento bifásico, sem que isso represente qualquer usurpação da competência do conselho de sentença.

Conclui-se, portanto, que não se sustenta a tese de que a rejeição do *in dubio pro societate* na fase de pronúncia implique violação à soberania dos veredictos ou usurpação da competência do Tribunal do Júri. A competência dos jurados somente se instaura na segunda fase do procedimento bifásico, após o devido controle judicial da admissibilidade da acusação, pelo juiz togado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho examinou criticamente o uso do aforismo *in dubio pro societate* na fase de pronúncia do Tribunal do Júri, à luz do modelo acusatório e garantista adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro. A análise desenvolvida demonstrou que esse enunciado, ainda amplamente invocado na prática forense, carece de fundamento legal, constitucional ou mesmo doutrinário sólido, revelando-se incompatível com os princípios que estruturam o devido processo penal.

A fase do *judicium accusationis* não é um simples rito de passagem formal, mas um momento de controle judicial efetivo sobre a viabilidade da imputação. Trata-se de uma etapa essencial para conter abusos e evitar que acusações infundadas sejam levadas a julgamento pelo Tribunal Popular, onde o veredito se dá por íntima convicção e sem necessidade de motivação.

A função do juiz, nesse contexto, não é a de transferir a dúvida aos jurados, mas sim de analisar com cautela se a acusação se sustenta em elementos probatórios mínimos e consistentes, conforme exigido pelo artigo 413 e seu §1º do Código de Processo Penal.

Constatou-se, ao longo do trabalho, que o uso do *in dubio pro societate* acaba por instaurar um verdadeiro anti *standard* probatório, configurando uma manobra jurídica. Ao invés de resguardar o estado de inocência, rebaixa o nível de exigência de prova, permitindo que a dúvida se converta em autorização para processar, e não em motivo para frear o avanço da persecução penal.

Isso inverte a lógica do escalonamento procedimental do júri, concebido justamente para oferecer maior segurança conforme aumentam os riscos envolvidos na decisão. Ao anular os critérios de filtragem que deveriam reger a primeira fase do procedimento escalonado do júri, o *in dubio pro societate* permite que demandas frágeis, que não deveriam ser admitidas, alcancem a etapa do julgamento popular.

Inverte-se, assim, a lógica das regras técnicas de segurança, substituindo-se o controle judicial rigoroso por uma retórica punitivista ancorada em um falso interesse coletivo. Nenhuma sociedade democrática se favorece com a possível condenação duvidosa e injusta de inocentes.

A crítica não reside apenas na ausência de previsão legal do referido aforismo, mas, sobretudo, em seu impacto prático: transforma a fragilidade probatória em elemento legitimador do prosseguimento da ação penal, ignorando a necessidade de filtragem racional e técnica por parte do magistrado.

Condenar com base na dúvida é permitir que a vontade se sobreponha à razão, e que o processo penal deixe de ser instrumento de contenção do poder para se tornar veículo de arbítrio. A superação da aplicação do *in dubio pro societate* na fase de pronúncia é, assim, imperativa para que o Tribunal do Júri cumpra sua finalidade constitucional, sem comprometer os direitos fundamentais que lhe dão sustentação.

É preciso reafirmar, portanto, que não há violação à soberania dos vereditos quando o juiz exerce sua função de controle técnico sobre a admissibilidade da acusação. Essa competência, exercida com base em critérios objetivos e mediante fundamentação adequada, fortalece — e não enfraquece — a legitimidade do julgamento popular. A dúvida, quando presente, deve servir de freio, jamais de autorização para o prosseguimento da ação penal. Essa é a verdadeira essência do processo penal democrático e constitucional.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Guilherme Gonçalves; PEDRON, Flávio Quinaud. **Habermas, o direito e a literatura: contribuições para um arcabouço teórico-social-metodológico**. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, Vitória, v. 25, n. 3, p. 225-252, set./dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.18759/rdgf.v25i3.2168>. Acesso em: 21 maio 2025.

ALEXY, Robert. **Teoría de los derechos fundamentales**. Traducción de Ernesto Garzón Valdés. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993, p. 86

ALMEIDA, Carlos Alberto Garcete de. **Tribunal do júri, pronúncia e falácia do *in dubio pro societate***. Disponível em: <https://www.tjms.jus.br/storage/GP/artigos/20180606135320.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2025.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BADARÓ, Gustavo Henrique. **Processo Penal**. 6. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2021.

BENTHAM, Jeremy. **The rationale of judicial evidence**. 1827.

BOLDT, Raphael; ADEODATO, João Maurício. **O direito como mito: a razão punitiva e a invenção do direito fundamental à segurança pública**. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR, Curitiba*, v. 65, p. 233-264, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/35088>. Acesso em: 10 abr 2025.

BRASIL. **Código de Processo Penal**. Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 3 fev. 2025.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 19 maio 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 fev. 2025.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça. Agravo em Recurso Especial n. 2.236.994/SP**. Relator: Ministro Ribeiro Dantas. Quinta Turma. Julgado em: 21 nov. 2023. Publicado em: 28 nov. 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/2108147526>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça. Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial n. 2.266.481/MG** (2022/0391161-1). Relator: Ministro Joel Ilan Paciornik. Brasília, DF, 3 out. 2023. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, 6 out. 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/1995488533> Acesso em 22 abr. 2025

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial 2.091.647/DF**, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, 3ª Seção, j. 29 set. 2023, DJe 3 out. 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/2108105437> Acesso em: 21 abr. 2025

BRASIL. **Superior Tribunal Federal. Agravo em Recurso Extraordinário 1.067.392/CE**, Rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, j. 26 mar. 2019, DJe. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/1100285706/inteiro-teor-1100285715> Acesso em: 21 abr. 2025.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. Agravo em Recurso Extraordinário com Agravo n. 1.500.584/SP**. Relator: Ministro Cristiano Zanin. Brasília, DF, 30 set. 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/2772596412> Acesso em: 21 abr. 2025.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. **Críticas ao princípio do *in dubio pro societate* na fase da pronúncia**. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em: <https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/0b7a9d54deeb611edc4540d286e9a042>. Acesso em: 08 abr. 2025.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. **O princípio do *in dubio pro societate* é aplicado na decisão de pronúncia? Buscador Dizer o Direito, Manaus**. Disponível em: <https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/8ae7733f9bc11275e8d0a0fdabe5be0a>. Acesso em: 27 abr. 2025.

FERRER, Jordi. **Valoração racional da prova**. Tradução de Vitor de Paula Ramos. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

FERNANDEZ, Catharina Maria Tourinho. **A inaplicabilidade do *in dubio pro societate* na decisão de pronúncia**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30413/1/Catharina%20Maria%20Tourinho%20Fernandez.pdf>. Acesso em 23 abr. 2025

FREIRE JUNIOR, Américo Bedê; SENNA, Gustavo. **Standard de prova, livre convencimento e fundamentação das decisões judiciais como condição de possibilidade para garantir uma decisão judicial adequada**.

LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

LOPES JR., Aury; ROSA, Alexandre Moraes. **Sobre o uso do *standard* probatório no processo penal. Consultor Jurídico, 26 jul. 2019.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jul-26/limite-penal-uso-standard-probatorio-processo-penal/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

MELCHIOR, Antônio Pedro; CASARA, Rubens R R. **Teoria do processo penal brasileiro: dogmática e crítica.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 420

METZKER, David; CRAUS, Mariana Bromana Hautequestt. ***In dubio pro societate x standard probatório intermediário: testemunho indireto e provas inquisitoriais na pronúncia.* Migalhas, São Paulo, 20 mar. 2025.** Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/426716/in-dubio-pro-societate-x-standard-probatorio-intermediario>. Acesso em: 27 abr. 2025.

NARDELLI, Marcella Mascarenhas. **A prova no tribunal do júri: uma abordagem racionalista.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

NASSIF, Aramis. **O novo júri brasileiro.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

RANGEL, Paulo. ***Direito processual penal.*** 30. ed. Barueri, SP: Atlas, 2023. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773060/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml5\]/4/48/2/2/4/1:0\[%2CCDU\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773060/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml5]/4/48/2/2/4/1:0[%2CCDU]). Acesso em: 04 mai. 2025

RANGEL, Paulo. **Tribunal do Júri: visão linguística, histórica, social e jurídica.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**, vol. 7, São Paulo: Paulus, 2006.

SILVA, Camilla Hecke da. **O *in dubio pro societate* como argumento decisionista na decisão de pronúncia: uma análise dos acórdãos de recurso em sentido estrito prolatados pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina no último trimestre de 2019. 2020.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/15659>. Acesso em: 05 out. 2024.

TARUFFO, Michele. **Idee per una Teoria della Decisione Giusta. In: Sui Confini: Scritti sulla Giustizia Civile.** Bologna: Il Mulino, 2002. p. 224-225.

SILVA, Camilla Hecke da. **O *in dubio pro societate* como argumento decisionista na decisão de pronúncia: uma análise dos acórdãos de recurso em sentido estrito prolatados pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina no último trimestre de 2019. 2020.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/communities/0e724aa9-fce8-4c29-a5d0-7a3a5efbf97d/browse/author?value=Silva,%20Camilla%20Hecke%20da&bbm.return=141> Acesso em: 10 mai 2025.

VASCONCELOS NETO, Francisco das Chagas de; PEREIRA JÚNIOR, Antonio Jorge. **A restrição de direitos fundamentais pelos decretos do Executivo e o modelo de Estado de Direito de Ferrajoli: uma análise à luz do garantismo e da ADI 6.341.** *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, Vitória, v. 22, n. 3, p. 79-106, set./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.18759/rdgf.v22i3.1963>. Disponível em: <https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/1963>. Acesso em: 11, mai, 2025.